



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: um breve resgate histórico da luta da classe trabalhadora até as teorias dos novos movimentos sociais

Livia Almeida Dutra¹

RESUMO

Este artigo busca propor um resgate histórico das diversas formas de organização dos movimentos sociais como processos necessários para a garantia de direitos de cidadania, desde a luta da classe trabalhadora no século XVIII, demarcando as manifestações populares que ocorreram no Brasil a partir do período colonial, até ao que leva para as teorias dos novos movimentos sociais, a Teoria de Mobilizações de Recursos, Teoria do Processo Político e Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada no método materialismo histórico dialético, devido a necessidade da análise na perspectiva de uma totalidade da realidade social dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Classe Trabalhadora; Teorias dos novos movimentos sociais.

ABSTRACT

This article seeks to propose a historical rescue of the various forms of organization of social movements as necessary processes for guaranteeing citizenship rights, since the struggle of the working class in the 18th century, demarcating the popular demonstrations that have occurred in Brazil since the colonial period, to what leads to the theories of the new social movements, the Resource Mobilization Theory, Political Process Theory and New Social Movement Theory. It's based on bibliographical research, with a qualitative approach, analyzed by the dialectical and historical materialism method, due to the need for analysis from the perspective of a totality of the social reality of social movements.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Ceuma; Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). liviaaldut@hotmail.com

Keywords: Social Movements; Working Class; Theories of the new social movements.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais têm como premissa grupos ou pessoas com interesses comuns, compondo um coletivo social, que requer de seus membros objetivos afins, influenciado pelo contexto histórico, econômico, político, dentre outros. Tais movimentos são elementos fundamentais para a estruturação da sociedade, pois, por meio de um aglomerado de ideias e práticas, influenciam na formação da história da humanidade.

São essas organizações que influenciam, direta e indiretamente, na elaboração da garantia dos direitos de cidadania e, ao considerar que tudo já conquistado é decorrente da luta da classe trabalhadora, são necessárias as diversas formas de manifestações para a garantia e a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais.

É relevante destacar a importância do papel dos movimentos sociais, porém é indispensável que estes estejam, intrinsecamente, relacionados com a luta de classes já que só é por meio dela que poderá atingir a cidadania plena, a relação de opressor e oprimido se finde, e assim alcance a transformação social e a emancipação humana.

2 A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Para tratar da organização dos movimentos sociais, é necessário fazer um resgate histórico da luta da classe trabalhadora. Devido aos avanços do modelo de produção e assim da estruturação do trabalho – decorrente da Revolução Industrial – a forma de submissão e exploração da força de trabalho muda, tendo então “novas condições de opressão, novas formas de lutas, no lugar das anteriores” (MARX; ENGELS, 2015, p. 63).

A relação de dominado e dominante, no modo de produção capitalista, deixa de ser entre servos e senhores feudais e passa a ser entre proletários e burguesia. No século XVIII, a relação do trabalho é determinada pela condição de assalariamento, entretanto

isso não significa melhor pagamento ou ambiente para os trabalhadores. Ao exercerem atividades nas indústrias, chegavam à jornada de dezesseis horas, marcada pela insalubridade, exploração das forças de trabalho – principalmente das mulheres e crianças – e isso levava ao aumento dos acidentes, da mortalidade infantil e de uma menor expectativa de vida para os operários. É em consequência desses aspectos que aparecem as primeiras formas de organização da classe trabalhadora.

As armas que a burguesia utilizou para derrubar o feudalismo viraram-se agora contra ela própria. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que vão manejar essas armas – a moderna classe trabalhadora – *os proletários* (MARX; ENGELS, 2015, p. 70).

É o avanço das relações produtivas que levou a um aumento significativo no número de desempregados, a partir do próprio modelo de desenvolvimento capitalista, que culminou nas manifestações de caráter violento dos operários, ao destruírem – o que para eles, no momento, era o causador do que estava acontecendo – as máquinas². Nesse cenário, os operários “destroem as mercadorias estrangeiras concorrentes, destroçam as máquinas, queimam as fábricas, procuram recuperar por meio da força a posição desaparecida do trabalhador medieval” (MARX; ENGELS, 2015, p. 72); mesmo que destinada ao alvo errado, é um marco para a organização da classe trabalhadora.

Por volta de 1830 a 1840, o movimento Cartista é posto como o primeiro movimento político organizado pela classe trabalhadora, este tinha como premissa a Carta do Povo³. Uma das formas de organização desse movimento se apresentava por meio do recolhimento de assinaturas dos operários, pois pretendia apresentar petições ao Parlamento. O movimento não se destacava apenas por causa das pontuações sobre as jornadas desumanas de trabalho e do que isso causava, foi também de grande relevância para a luta pelo sufrágio universal, pelo direito de participação política e por pautar a garantia dos direitos trabalhistas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Em 1848, vários países – conhecidos atualmente por Hungria, Áustria, República Tcheca, Alemanha, Espanha, Bélgica, Itália, Suíça, e França – foram marcados por rebeliões, protestos, barricadas e outras formas de manifestações, que “representaram

² Conhecido por Ludismo, devido ao nome do líder Ned Ludd.

³ Era onde estavam concentradas as principais propostas do Movimento Cartista.

a tomada de consciência do proletariado como *classe para si*, reivindicando seu projeto sociopolítico em contraposição à burguesia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 229); tais manifestações ficaram conhecidas como *As Revoluções de 1848*, entretanto, não alcançaram os seus objetivos.

Naquele mesmo ano, em fevereiro, é publicado o *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, decorrente do pedido da Liga Comunista⁴, este apresentou duras críticas ao modo de produção capitalista, que aponta para um modelo revolucionário, e tornou-se uma das principais referências ao tratar da luta de classes.

Em 1864, teve a criação da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), considerada a precursora na luta pela consolidação dos seus direitos; esta foi marcada pelas discussões de como seria o processo da derrubada da burguesia pelos proletariados, dentre os pensamentos anarquistas de Mikhail Bakunin (1814-1876), Joseph Proudhon (1809-1865) e comunistas de Karl Marx e Friedrich Engels, tais discussões levavam a um certo impasse na atuação da Primeira Internacional. Entretanto, não resumiu a esse aspecto, a Associação se organizou por um melhor salário para os operários; na Prússia, eles lutaram contra o primeiro-ministro Otto von Bismarck (1815-1898), assim como também, na França, contra o imperador Napoleão III (KAUTSKY, 1924).

Em Paris, no ano de 1871, a classe trabalhadora se organiza e toma, por meio da força, o poder; a luta tinha como pressuposto findar a relação de dominação burguesa, pois eles exploravam a força de trabalho e apropriavam da mais-valia. O embate durou do dia dezoito de março até vinte e oito de maio daquele mesmo ano e foi denominado de Comuna de Paris.

Em decorrência da derrota da classe trabalhadora em Paris e das divergências entre as correntes ideológicas, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi findada. Entretanto, no processo de um novo modelo econômico do capitalismo, tem-se consigo o desenvolvimento e o fortalecimento das formas de organização do proletariado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

⁴ Primeiro partido internacional dos trabalhadores, anteriormente conhecido por Liga dos Justos.

Em decorrência desses avanços das organizações dos trabalhadores, nota-se, por vários países, as criações de partidos e sindicatos; nesse ambiente, tem a fundação da Segunda Internacional (1889-1914), em busca da ligação dos proletários de todos os países, o que leva a um papel relevante na organização dos trabalhadores. A Segunda Internacional não se desvincula dos princípios da associação anterior, em pensar na luta de classes e em como chegar a um modelo de sociedade sem classes; nesse momento, os conflitos entre os participantes decorriam do ideário revolucionário e reformista⁵.

Em 1914, a Primeira Guerra Mundial ecoa pela Europa, e a II Internacional, ao invés de opor às declarações, acaba por apoiar; tal fato contribui, como um dos aspectos, para o fim da associação. *“The great war had begun on many fronts; and the international Socialist movement, instead of making any concerted attempt to stop it, had been broken into warring fragments”*⁶ (COLE, 1963, p. 91). Outro motivo que levou a esse fim foram as discordâncias entre os reformistas e os revolucionários, que culminou em 1917, na Revolução Russa, liderada por Lenin; nesse cenário, surge a III Internacional.

A Internacional Comunista (1919-1943) – Terceira Internacional – é marcada pelo contraponto da anterior que, de certa maneira, abandonou o caráter revolucionário e se sustentou com os aspectos reformistas. É a perspectiva revolucionária que demarca a fundação da III Internacional, esta desvinculou dos partidos sociais-democratas e, por meio da emergência dos partidos comunistas pelos países, influenciados pela Revolução Russa, tornou-se de extrema significância para a retomada da organização da classe trabalhadora com o viés revolucionário. Um dos principais representantes foi Vladimir Ilitch Ulyanov (1870-1924) – Lenin; este acreditava que, somente pela organização violenta da classe trabalhadora, cessaria o modo de produção capitalista.

O Estado é ‘uma força especial de repressão’. [...] Dele resulta que essa ‘força especial de repressão’ do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma ‘força especial de repressão’ da burguesia pelo proletariado [a ditadura do proletariado]. É nisso que consiste a ‘abolição do Estado como Estado’. É nisso que consiste o ‘ato’ de posse dos meios de produção em nome da sociedade (LENIN, 2007, p. 37).

⁵[...] a esquerda revolucionária, representada por Lênin e Rosa Luxemburgo, as posturas reformistas/revisionistas de Bernstein e o marxismo ‘ortodoxo’ de Kautsky” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 232).

⁶ “A Guerra Mundial havia começado em diversas frentes; e o Movimento Internacional Socialista, em vez de fazer qualquer tentativa para impedi-los, foi dividido em fragmentos na guerra” (Tradução própria).

Entretanto, assim como nas outras organizações internacionais do proletariado, na III Internacional, depois da morte de Lenin, houve a discordância entre Josef Stalin (1878-1953) e Leon Trotsky (1879-1940), sendo esta a razão pela qual a III Internacional Comunista chegou ao fim (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Os movimentos da classe trabalhadora, durante aqueles anos, organizavam-se a partir de uma coletividade, ao buscar mudanças no modo de produção capitalista, contra o modelo hegemônico de submissão do proletariado pelos burgueses, e por uma sociedade sem classes – mesmo que, em meio a esses momentos, ocorressem equívocos e diferenças entre as correntes a serem seguidas; portanto, as formas de organização se baseavam na luta de classes. Por esses motivos, é fundamental salientar as manifestações dos trabalhadores, desde as primeiras barricadas até as revoluções; logo demarca-se um momento histórico dos movimentos sociais, que tinham como interesse a transformação social e a emancipação humana, e assim trata-se dos novos formatos de organização desses movimentos.

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

As manifestações populares, no Brasil, apresentam-se desde o período colonial (1500-1822), “desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação” (GOHN, 2000, p. 15). No modo de produção escravocrata⁷, as formas de organização acirradas por negros, indígenas, brancos e pobres tinham como ponto fundamental a defesa da liberdade, no enfrentamento contra a submissão da população brasileira para os colonizadores europeus, baseada em uma contraposição das condições desumanas em que eles eram subordinados.

Decorrente da exploração dos negros – “um povo que desde o primeiro momento aportou em terras brasileiras, na condição de sobrevivente do tráfico negreiro, trabalhando de *sol a sol*, por séculos” (SILVA, 2014, p. 51) – houve as principais

⁷ “[...] a vida dos escravos em nosso país não se resumia à mera condição de força de trabalho, de instrumento passivo dos grupos dominantes, supostamente os únicos agentes da história. Se deviam submeter-se às condições impostas por uma sociedade exploradora e violenta, coube também aos negros escravos criar uma estratégia de sobrevivência e, até mesmo, uma nova identidade, que lhes permitisse viver o seu dia-a-dia” (BRASIL, 1988, p. 11).

rebeliões, em que estes fugiam, formavam os quilombos⁸, como forma de escapar desse sistema que dizimava essa população e tudo que adivinha dela.

O período correspondente ao Brasil Império (1822-1889) foi fortemente marcado por diversas lutas sociais que expressavam o reflexo das condições vivenciadas e da capacidade de organização dessa população pela garantia de direitos de cidadania, ao desmistificar esses movimentos como meros atos violentos. É necessária a análise de que “a consciência política é uma aquisição lenta e de algum modo sistemática” (SOUTO MAIOR, 1978, p. 2), tal qual do contexto em que estes estão inseridos, tendo como exemplo a Balaiada, a Cabanagem, o Quebra-Quilos, dentre outros.

Mesmo com o estabelecimento da República em 1898 e a mudança do modo de produção, pouca coisa foi alterada na estrutura social brasileira, pois a classe dominante continuava a ser constituída por aqueles que tinham o poder no período anterior. Durante a República Velha (1889-1930), diversas manifestações populares ainda ocorreram, como, por exemplo: a Revolta da Vacina, a Guerra de Canudos, e a Guerra do Contestado (SILVA, 2014).

A substituição da mão de obra escrava pela assalariada possibilitou a constituição de um proletariado urbano; em decorrência dessa formação e da aproximação dos operários brasileiros com os que vinham da Europa, afloram as primeiras lutas sociais, de forma organizada, pela classe trabalhadora no Brasil.

Entre 1917 e 1920, diversas greves gerais, organizadas pelos proletários, a partir das demandas já apontadas no congresso, aconteceram; em 1922, tem a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), “seguia as diretrizes políticas da III Internacional, e seus principais focos de atuação, nos primeiros anos, foram o movimento sindical” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 236). A atuação do Estado, perante a essas situações, volta para a regulação, ao conduzir a emergência do Conselho Nacional do Trabalho e por meio da aproximação com os sindicalistas amarelos⁹.

Na Era Vargas (1930-1945), com o avanço das indústrias, houve, também, crescimento nas condições precarizadas do trabalho, e, como forma de rebater essas

⁸ Os quilombos “se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos [...] escaparam (muitas vezes coletivamente) e formaram comunidades, procurando se estabelecer com base econômica e estrutura social própria” (GOMES, 2015, p. 9 e 12).

⁹ “A corrente dos *sindicalistas amarelos* defendia a conciliação entre capital e trabalho e a dependência em relação ao Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

situações, por meio da organização dos proletários, teve-se a emergência da criação de Ligas, que reestruturaram os sindicatos em 1934, e a criação da Frente Única Sindical, no ano seguinte da Confederação Sindical Unitária do Brasil e da Aliança Nacional Libertadora. Entretanto, esse período foi fortemente marcado pela repressão às formas de mobilizações do proletário e pelo controle para que não se desenvolvessem os sindicatos; nesse ambiente, a criação do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas representaram esses aspectos, isto é, foram “o começo de uma política de atrelamento que culmina em seu refluxo diante da necessidade de conter a luta de classes” (SILVA, 2014, p. 91).

No período compreendido entre 1945 e 1964, com o advento da República Populista, a classe trabalhadora retoma as suas formas de organização, marcadas por diversas manifestações e greves, decorrentes de todo esse processo, do resultado dos avanços dos sindicatos, do aumento de criação dos movimentos populares; sendo assim, como exemplo, tem-se: o Movimento Unificado dos Trabalhadores, que culminou na Confederação Geral dos Trabalhadores; o Comando-Geral dos Trabalhadores; a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros; a Liga Camponesa da Galileia; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Observou-se um número expressivo de políticos eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro, este que, durante a Era Vargas e até mesmo em alguns momentos daquele período, encontrava em irregularidades, ao apresentar aspectos de controle e repressão até mesmo na República Populista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Desse modo, em 1964, o processo de crescimento organizativo dos proletários colide com a Ditadura Militar, “as camadas médias tradicionais mobilizaram-se através da Marcha pela Família, com Deus e pela Liberdade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 240), frente às manifestações das reformas de base¹⁰ e pelo temor ao comunismo; tal Ditadura torna-se, dentre outros motivos, legitimadora para o Golpe que estrutura um Estado autoritário, que não aceitava qualquer forma que fosse de mobilização em contraposição a esse modelo, e tratava os proletários como terroristas a serem combatidos. Mesmo com todo o aparato de repressão, legalizado pela Ditadura, com a

¹⁰ “reforma agrária, tributária, bancária, urbana, política e universitária, de cunho democrático e nacionalista” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 270).

Lei de Segurança Nacional e os Atos Institucionais, os movimentos sociais não deixaram de se organizar, tendo em vista a garantia de direitos civis e políticos e a derrubada dessa estruturação militar, por meios pacíficos ou até mesmo pela luta armada, as guerrilhas. Aquele período foi marcado por diversos assassinatos, exílios, torturas e desaparecimentos de líderes, participantes e familiares dos que foram oposição a esse Regime¹¹, como forma de silenciar as vozes que ecoavam pelo fim da Ditadura Militar.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil passa por uma crise econômica que reflete em um declínio no modelo ditatorial militar, ao fortalecer os movimentos sociais. Há a reorganização dos sindicatos, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e isso torna-se base para a organização da classe trabalhadora. Através de diversas formas de manifestações, como greves, atos, abaixo-assinados, mulheres, negros, trabalhadores, estudantes ocupam as ruas pela redemocratização do país, pela anistia dos presos políticos, em contraposição às torturas, aos exílios, culminando no Movimento da “Diretas Já”¹². Todas essas ações de resistência e articulações, entre os movimentos étnicos e raciais, feministas, estudantis, dos trabalhadores, além de outros, foram essenciais para o fim da Ditadura Militar no Brasil, e, a partir das demandas formuladas por esses e pela garantia dos direitos de cidadania, promulga-se a Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

4 AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir da década de 1970, há uma inflexão na organização política dos trabalhadores e a emergência dos considerados “Novos Movimentos Sociais”, influenciados por acontecimentos históricos, ao colocar em foco a crise e a reestruturação do capitalismo, da Guerra Fria¹³ e do Maio Francês de 1968¹⁴. Alonso

¹¹ Registrados 434 mortos e desaparecidos políticos, e 6.016 denúncias de torturas, com base nos relatórios – vol. I e III – da Comissão Nacional da Verdade.

¹² “O movimento pelas ‘Diretas Já’ foi um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular, e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e da votação da Emenda Dante de Oliveira” (BAZAGA, 2013, p. 1).

¹³ “A ‘Guerra Fria’ constitui o principal instrumento do Imperialismo norte-americano para ampliar e aprofundar sua dominação no continente, seja pela ofensiva política militar – destruição das organizações e partidos comunistas e socialistas –, seja pela expansão da penetração econômica monopolista no continente” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 249-250).

¹⁴ “A aliança entre trabalhadores e estudantes potencializou uma greve geral que paralisou o país. Entre os meses de maio e junho, as manifestações foram marcadas por ações insurrecionais, em uma batalha campal em que trabalhadores e estudantes defendiam improvisadas barricadas e uma greve dos trabalhadores – muitas vezes com a assunção de militantes estudantis na linha de frente – no setor automobilístico, têxtil, de combustíveis, minérios, gás, eletricidade e água” (BRAGA; BIANCHINI, 2008, p. 20-21 *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 258).

(2009) aponta três teorias que tentam explicar o novo formato dos movimentos sociais: a Teoria de Mobilizações de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A TMR, em seus diversos estudos, tem como principais teóricos John McCarthy (1940) e Mayer Zald (1931-2012); as organizações, segundo a teoria, adviriam do uso da razão dos indivíduos que tinham interesses mútuos; portanto, é a partir “do comportamento irracional das massas” (GOHN, 2007, p. 49). Essa teoria decorre de análises das perspectivas econômicas, ao apontar a emergência dos movimentos por meio das oportunidades que estes vão ter para a atuação, a partir das mobilizações dos recursos, sejam eles financeiros, sejam de infraestrutura, de comunicação e humanos; porém acaba por comparar os movimentos sociais a outros fenômenos, como as firmas e os partidos políticos.

Na Teoria do Processo Político, defendida por Charles Tilly (1929-2008), Sidney Tarrow (1938) e Doug McAdam (1951), pretendeu pontuar fundamentações teóricas ausentes na TMR, ao apontar-se, como primordial, a compreensão dos movimentos como um ato político, e não um fenômeno psicológico; entretanto, buscou-se entender os movimentos sociais e suas variadas maneiras de se expressar, a partir das perspectivas da Psicologia Social, podendo ser explorados por meio dos instrumentos, e isso leva ao entendimento da política, de forma que essa análise não seja limitada, observando assim todos os aspectos que estão incorporados nas manifestações, “[...] a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural” (GOHN, 2007, p. 69-70), na tentativa de entender a estruturação do formato organizativo.

Na TNMS, a partir dos apontamentos dos principais autores, Alberto Melucci (1943-2001), Alain Touraine (1925) e Jurgen Habermas (1929), aparece, como base, a análise dos movimentos sociais, através dos fatores culturais e suas transformações. Fundamentado nos teóricos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, aponta-se a perda da estruturação com base nas lutas de classes, “[...] a sua constituição heterogênea, compostos por identidades diversas, seu caráter não classista e sua luta que não visa à transformação social, mas a mudanças pontuais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 310); nesse cenário, destaca-se o novo formato de organização e das manifestações, o

qual a razão não seria decorrente da estruturação desigual econômica, mas sim devido às vivências dos sujeitos (ALONSO, 2009).

Por meio do exposto, entende a nova formatação dos movimentos sociais como “[...] redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANNI, 1992, p. 1 *apud* ALONSO, 2009, p. 73). A manifestação de novos movimentos, cada um com uma especificidade e desempenhando sua função através de várias práticas, acaba por afastar-se da luta anticapitalista, das lutas de classes e da relação capital-trabalho; sendo assim, volta-se para os aspectos étnicos-raciais, de bens de consumo, gênero, ambientais, territoriais e de diversidade sexual. “[...] o sujeito é visto e considerado a partir da sua condição particular, ocupando um lugar numa dada estratificação social, e não nas suas relações contraditórias com outros sujeitos, outras classes. Canta-se a despolitização dos sujeitos” (MONTAÑO, 2014, p. 345); nessa perspectiva, busca a garantia dos direitos de cidadania desvinculada a um processo de transformação social. Dentre essas articulações, constitui-se o processo construído pela identidade de cada organização em forma de associativismo na participação popular das políticas sociais.

Vale ressaltar que essas formas de organização dos movimentos sociais levam a uma certa perspectiva individualista, pois cada movimento específico buscará que a sua determinada demanda tenha uma visibilidade, reconhecimento e que, também, seja atendida por esse Estado, existindo a fragmentação dos movimentos sociais.

Não se nega a necessidade e a importância das pautas dos novos movimentos sociais, todavia, no momento em que não se articula com a relação capital-trabalho, das lutas de classes, do anticapitalismo, dos efeitos decorrentes destes, não chegará ao fim das desigualdades sociais, dos desmatamentos, das opressões, naquilo que são os motivos de se organizarem. “[...] não há como enfrentar o capital sem a classe trabalhadora como sujeito central e este sujeito precisa se compreender enquanto tal” (MONTAÑO, 2014, p. 381), logo a estruturação do modo de produção capitalista se baseia na relação desigual e de exploração entre as classes e das diversas expressões de opressão, em que as demandas dos movimentos sociais só serão efetivamente

garantidas em sua amplitude a partir de uma nova ordem social, uma sociedade sem classes¹⁵.

5 CONCLUSÃO

Ao se ter em vista os aspectos apresentados, demarca-se como fundamental organização da classe trabalhadora, por garantia de direitos de cidadania, o entendimento de que só é por meio dos movimentos sociais que conseguirá a efetivação de direitos de cidadania, sendo um fator decorrente da consciência do proletariado, enquanto sujeito de direito, que está submetido a um processo de exploração do capital. Nessa perspectiva, a luta dos trabalhadores, negros, mulheres, indígenas e LGBTQs, é imprescindível para a construção e a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Somente será possível que a garantia dos direitos de cidadania seja atendida, em sua amplitude, quando a estruturação não estiver baseada em um processo de hierarquização de classes, de gênero, de raça e de etnia, quando o Estado deixe de ser Estado. Embora seja nítida a impossibilidade de efetivação da igualdade, em um sentido pleno, no modo de produção capitalista, as mobilizações, as lutas e as diversas formas de manifestações sociais são de extrema importância, pois as conquistas já obtidas são construções históricas, logo, estão sempre tensionadas entre a efetivação e a negação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova 76**. São Paulo: CEDEC, 2009.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. As “Diretas Já”: uma Análise sobre o Impacto da Campanha no Processo de Transição Política Brasileira. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**. Natal, 2013.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. vol. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilema

¹⁵ “No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 2015, p. 89).

[nager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf](#) Acesso em: 18/09/2019.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos. vol. 3.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_3_digital%20mortos%20e%20desaparecidos.pdf Acesso em: 18/09/2019.

COLE, G. D. H. **A History of Socialist Thought: Volume III, Part I.** London: Macmillan & CO Ltd, 1963.

GOHN, Maria da Glória. **500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Londrina Revista: Mediações, 2000.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigma clássicos e contemporâneos.** 6ed. São Paulo: Edição Loyola, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** 1ed.— São Paulo: Claro Enigma, 2015.

KAUTSKY, Karl. The First International (1864-1876). In: **The International, 1864-1924.** Pelican, 1924. Disponível em: https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/153658/1811528_a.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 15/09/2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular: 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 3ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos socio-históricos.** 2ed. São Paulo: Papel Social; Mato Grosso: EdUFMT, 2014.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império.** São Paulo: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.